

Uso de robô colaborativo na indústria deverá duplicar a cada um ano e meio

Capazes de trabalhar ao lado do ser humano, cobots são considerados a grande aposta do setor de robótica industrial; oferta de locação do ativo e sucesso na interlocução com governo são trunfos

HENRIQUE JULIÃO • SÃO PAULO

Capazes de interagir com seres humanos no chão de fábrica, os robôs colaborativos devem se tornar protagonistas na automação da indústria brasileira. Se a robótica no setor deve evoluir 33% anuais no País até 2020, a expectativa para os chamados cobots é de alta de 71% ao ano até 2021. “Apesar da recessão e da redução do tamanho da indústria, planejamos um crescimento acelerado no Brasil. O mercado de robótica colaborativa vai praticamente dobrar a cada um ano e meio”, afirmou ao DCI o gerente para Brasil, Argentina e Chile da multinacional dinamarquesa Universal Robots (ou UR), Denis Pineda.

Direcionando “todo o entusiasmo” para a robótica colaborativa, a empresa estima possuir cerca de 60% do *share* global na categoria. Segundo Pineda, os *cobots* eram em 2015 apenas 2% de todo o mercado de robótica industrial – que, ao todo, somou 294 mil unidades instaladas no mundo em 2016, de acordo com a Federação Internacional de Robótica (IFR). No Brasil (onde 1,2 mil robôs industriais de todas as categorias foram contabilizados em 2016), um “empurrãozinho” do governo e o crescimento do modelo de locação estão aquecendo a demanda pelos *cobots*.

Uma das medidas que beneficiou a vertical “foi a zeragem do imposto da importação após mostrarmos que haveria benefícios no caso dos robôs colaborativos”, de acordo com o coordenador para indústria 4.0 da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Bruno Jorge.

Vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a ABDI também cita a importância de uma nota técnica publicada em março após trabalho conjunto da agência e do Ministério do Trabalho. Anexada à Norma Regulamentadora 12 (NR-12), a instrução criou regras e diretrizes de segurança específicas para o uso dos *cobots* na indústria. “A norma original tratava do robô como um robô cercado. Como o colaborativo trabalha lado a lado com a pessoa, havia insegurança jurídica em relação ao uso”, lembra Jorge. Para Pineda, o “paradigma do robô enclausurado” está se tornando algo do passado.

INFORME

De acordo com o executivo da UR, a mudança na mentalidade estaria “criando mercado para aplicações” que não eram robotizadas – sobretudo quando envolvem operações repetitivas. “O setor automotivo sempre se destacou, mas entre os robôs colaborativos há muita demanda das indústrias de bens de consumo, como alimentos”, afirmou Pineda. “Também temos muitas indústrias de higiene, limpeza e farmacêutica [usando *cobots*]”, adicionou o CEO da Pollux (especializada em automação industrial), José Rizzo.

Locação

A Pollux é uma das quatro distribuidoras da UR no Brasil. De acordo com Rizzo, a empresa catarinense já implementou aproximadamente 200 robôs colaborativos no País. Deste total, “mais ou menos 100” foram contratados através do modelo de locação. “Transformar capex [investimento] em opex [gasto operacional] faz sentido para o industrial em todos os aspectos”, completou Rizzo, que também destacou a necessidade bem menor de aportes. Segundo o empresário, um robô colaborativo “de entrada” custaria, sozinho, R\$ 180 mil. Com adequação, implementação e dependendo da aplicação desejada, a aquisição do ativo poderia custar entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil.

No modelo de locação, o uso do ativo ficaria entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil mensais “com tudo incluso”, segundo o CEO da Pollux. Os contratos na modalidade têm, na maior parte das vezes, 48 meses de duração. De acordo com Rizzo, 80% da carga de manutenção exigida pelos *cobots* pode ser realizada de maneira remota. A oferta estaria chamando atenção até mesmo de industriais de pequeno e médio porte. Apesar de não atuar apenas com robôs colaborativos (a Pollux também fornece a robótica industrial “tradicional”), o plano da empresa brasileira é “alcançar mil robôs colaborativos locados”. Para tal, um capital extra para a aquisição do ativo será necessário antes da disponibilização como serviço. “Precisamos de uma combinação de *equity* e financiamento e estamos em uma série de reuniões com potenciais investidores”, informou Rizzo.

Desafio

Apesar do otimismo do mercado de *cobots*, a incerteza eleitoral e a recente alta do dólar acabaram afetando algumas decisões de investimento no Brasil. “O cenário eleitoral ‘deu uma segurada’, o que é compreensível”, lembrou Rizzo, citando impacto reduzido na modalidade de locação. Pineda, da UR, vai pelo mesmo caminho. “Com a desvalorização do real, os *cobots* começaram a custar mais. E segundo nossos distribuidores, muita gente está esperando a eleição”. Dessa forma, “o último trimestre será uma incógnita”. O cenário, contudo, não assusta. “A dúvida é se eles investem agora ou no ano que vem. O que está claro é que a demanda vai continuar subindo”, afirmou.

(Fonte: DCI – 24/09/2018)

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

Indústria força por mudança no Jovem Aprendiz

Setor quer discutir classificação de ocupações, que influencia cálculo de cota de aprendizes que devem ser contratados pelas empresas

Principais atividades econômicas das empresas contratantes de janeiro a junho/2018

Quantidade de aprendizes admitidos

Percentual em relação ao total

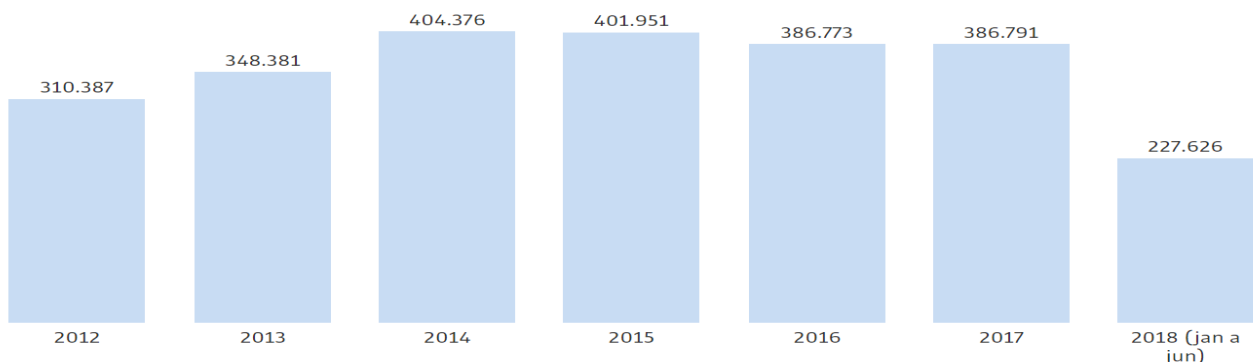


Fonte: Ministério do Trabalho

Laís Alegretti - BRASÍLIA

A indústria vem pressionando o governo por uma revisão nas regras de aprendizagem profissional e despertou a oposição de entidades de capacitação, que temem redução de vagas. De janeiro a junho deste ano, foram admitidos 227,6 mil aprendizes. Isso representa menos de 25% do potencial de 953,7 mil contratações calculado pelo Ministério do Trabalho para todo o ano de 2018.

Quantidade de aprendizes admitidos nos últimos anos



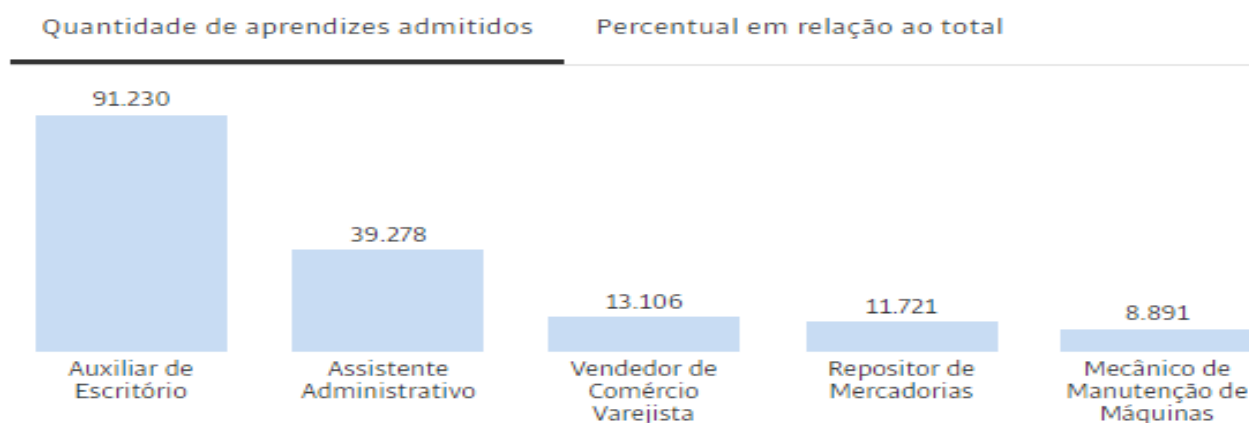
INFORME

O programa prevê aprendizado prático e teórico para jovens de 14 a 24 anos.

A principal discussão hoje é sobre a base de cálculo da cota de aprendizes. As grandes e médias empresas devem contratar aprendizes em quantidade correspondente de 5% a 15% dos trabalhadores cujas funções demandem formação profissional.

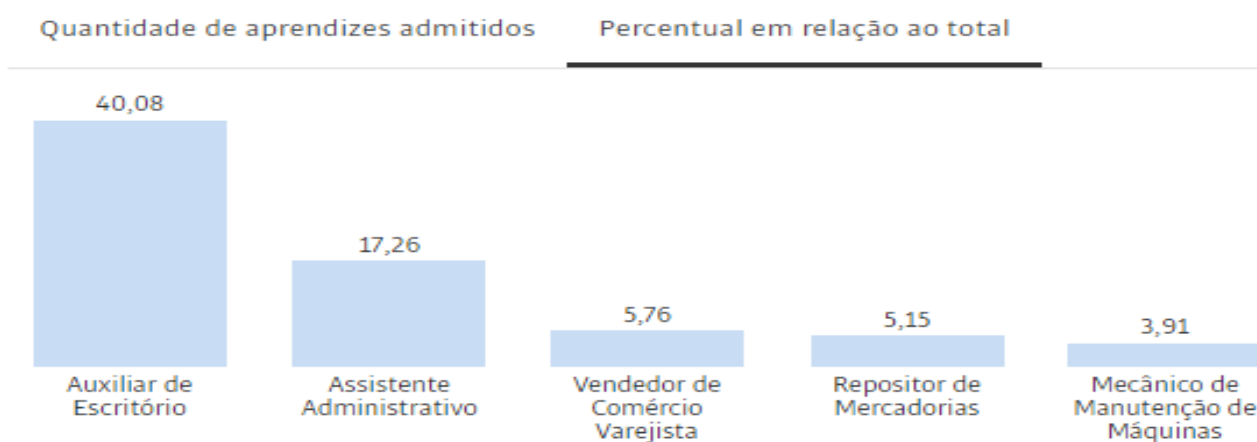
Nesse contexto, a indústria defende a revisão da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) para identificar as ocupações que demandam formação metódica e que devem ser consideradas no cálculo dessa cota de aprendizes.

Ocupações com maior índice de contratação de janeiro a junho/2018



Fonte: Ministério do Trabalho

Ocupações com maior índice de contratação de janeiro a junho/2018



Fonte: Ministério do Trabalho

INFORME

O diretor-geral do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Rafael Lucchesi, argumenta que o formato atual não funciona e que as empresas encaram o tema como uma quitação legal. “Nós criamos um conceito que foi perdendo o caráter educacional, ligado ao mundo do trabalho, e, na prática, criamos um modelo de aprendizagem que é um assistencialismo, sem algo que emancipe o jovem”, afirma. Lucchesi aponta que, no Brasil, metade dos contratos de aprendizagem não é finalizada e só 10% dos jovens são contratados pelas empresas ao fim do programa. Na Europa, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), o índice é de 75%. Embora não exista expectativa de que mudanças ocorram no curto prazo, o pedido da indústria tem despertado reações contrárias.

O superintendente de operações do Ciee (Centro de Integração Empresa-Escola), Marcelo Gallo, diz que a aprendizagem é eficiente no formato atual e que as mudanças em discussão caminham para reduzir oportunidades. “Confunde-se aprendizagem com permanência na própria empresa. Quando acontece de permanecer, é um valor que a gente entende como algo que agrega. Mas o objetivo principal é profissionalizar o jovem, combater trabalho infantil e evasão escolar”, diz. Gallo cita dados de pesquisa Datafolha que aponta que 76% dos egressos do programa Jovem Aprendiz do Ciee em 2016 e 2017 estão trabalhando, estudando ou ambos. O MPT (Ministério Público do Trabalho) admite eventual discussão sobre aprimoramento do programa, mas se posiciona contra mudança que reduza contratações. “Não tem como tornar a aprendizagem mais efetiva com redução das vagas. O que posso buscar é: melhoria na qualidade dos cursos, maiores garantias aos aprendizes, maiores estímulos às empresas”, afirmou a procuradora Patrícia Sanfelici.

O diretor de políticas de empregabilidade do Ministério do Trabalho, Higino Brito Vieira, afirma que há “dificuldade de as empresas conseguirem enxergar o aprendiz não como uma despesa, mas como um investimento”. De acordo com o governo, a proposta do Senai está em estudo, mas não há previsão de decisão sobre o tema. Outros pontos defendidos pela indústria são: ampliar a idade mínima para 16 anos para permitir atuação em área de produção industrial, permitir que alunos com 30% do curso iniciado possam ser contratados e expandir o tempo de duração do contrato. Hoje o contrato pode ter duração de até dois anos e os jovens iniciam o curso ao mesmo tempo em que começam as atividades na empresa. O salário médio bruto mensal dos aprendizes da indústria é de R\$ 651,19, segundo levantamento da CNI.

O custo da empresa é, em média, 50% maior do que isso, segundo a entidade, quando somados os gastos como supervisão do aprendiz, infraestrutura para aprendizagem e os direitos trabalhistas.

(Fonte: Folha de SP – 24/09/2018)